

RICARDO DE BRITO A. P. FREITAS  
*Professor Adjunto de Direito Penal*  
*da Faculdade de Direito do Recife*  
*Doutor em Direito*

AS RAZÕES DO POSITIVISMO  
PENAL NO BRASIL

EDITORA LUMEN JURIS  
Rio de Janeiro  
2002

Copyright © 2002 Ricardo de Brito A. P. Freitas

SUPERVISÃO EDITORIAL

Antonio Becker

EDITORAÇÃO

Marcos Gonçalves Corrêa

REVISÃO

Mariza Motta

CAPA

Márcia Campos

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pela originalidade desta obra,  
bem como pelas opiniões nela emitidas por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

ISBN 85-7387-291-8

Todos os direitos reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

**[www.lumenjuris.com.br](http://www.lumenjuris.com.br)**

Rua da Assembléia, 10 grupo 2.307

Telefone (21) 2531-2199

Fax (21) 2531-1126

Rio de Janeiro, RJ CEP 20011-000

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

## Sumário

Prefácio .....	xv
Introdução .....	xxiii
<b>PARTE I – O GARANTISMO PENAL</b>	
Introdução .....	1
Capítulo I – Garantismo Penal e Estado de Direito ..	7
Capítulo II – Garantismo Penal e Direitos Humanos .	15
2.1. Garantismo Penal, Democracia e Direitos Políticos .....	17
2.2. Garantismo Penal e Direitos Sociais .....	22
2.3. Garantismo Penal e o Estado Totalitário/ Autoritário .....	30
Capítulo III O Modelo Penal Garantista .....	35
1. Princípios de Limitação Formal .....	36
2. Princípios de Limitação Funcional .....	38
3. Princípios Gerais de Limitação Pessoal .....	39
<b>PARTE II GARANTISMO E POSITIVISMO PENAL</b>	
Capítulo IV Contexto Histórico .....	43
4.1. Carrara e o Panorama Histórico Italiano ....	43
4.2. As Origens do Positivismo Penal .....	48
Capítulo V A Ciência Penal de Carrara e a Ciência Penal Positivista .....	63
5.1. Carrara e o Jusnaturalismo ... ..	66
5.2. Carrara e o Contratualismo . .....	70
5.3. Carrara e o Historicismo .....	72
5.4. Carrara, o Positivismo e o Utilitarismo .....	76
5.5. O Problema do Método em Carrara e nos Positivistas .....	80

5.6. O Problema do Objeto da Ciência Penal em Carrara e nos Positivistas .....	90
5.6.1. Lombroso .....	91
5.6.2. Ferri .....	96
5.6.3. Garofalo .....	108
5.6.4. A Influência do Fator Racial na Ciência dos Positivistas .....	118
5.6.5. Carrara .....	121
Capítulo VI – O Problema da Responsabilidade Penal ..	131
Capítulo VII – A Sanção Penal .....	143
7.1. Os Fundamentos e os Fins da Sanção Penal ..	143
7.1.1. Carrara .....	143
7.1.2. Os Positivistas .....	159
7.2. As Características da Sanção Penal .....	173
7.2.1. Carrara .....	173
7.2.2. Os Positivistas .....	175
7.3. A Pena de Morte .....	177
7.3.1. Carrara .....	177
7.3.2. Os Positivistas .....	179
Capítulo VIII – Algumas Consequências Práticas do Positivismo Penal .....	185
8.1. O Princípio da Legalidade .....	185
8.1.1. Carrara .....	185
8.1.2. Os Positivistas .....	187
8.2. A Prescrição .....	191
8.3. A Presunção da Inocência .....	193
8.4. O Sistema Acusatório .....	195
8.5. Outras Consequências Práticas .....	197
8.5.1. O Júri .....	197
8.5.2. A Proibição da <i>Reformatio in Pejus</i> e da Revisão <i>pro Societate</i> .....	198
8.5.3. A Pena no Crime Tentado .....	199
Conclusões .....	201

**PARTE III – O POSITIVISMO PENAL  
E A DOCTRINA JURÍDICA NACIONAL**

Introdução . . . . .	213
Capítulo IX – A Formação Econômica, Política e Social Brasileira . . . . .	215
9.1. O Brasil Colônia . . . . .	215
9.2. O Brasil Independente . . . . .	222
Capítulo X – Os Profissionais do Direito e o Estado Nacional . . . . .	239
10.1. Os Profissionais do Direito e a Construção do Estado Nacional . . . . .	239
10.2. O Perfil dos Profissionais do Direito . . . . .	246
10.3. A Formação Intelectual das Elites . . . . .	253
10.4. Os Profissionais do Direito e as Oligarquias . . . . .	256
Capítulo XI – O Positivismo e a Doutrina Nacional . . . . .	265
11.1. O Brasil em Direção ao Positivismo . . . . .	265
11.2. O Brasil quando do Advento do Positivismo . . . . .	268
11.3. O Positivismo e o Pensamento Jurídico Nacional . . . . .	271
11.3.1. A Dimensão da Reação Clássica . . . . .	277
a) Filinto Bastos . . . . .	277
b) João Mendes Júnior . . . . .	284
11.3.2. Primeiras Notícias do Positivismo Penal no Brasil: Tobias Barreto . . . . .	285
11.3.3. O Positivismo Penal Radical: Os Propagandistas . . . . .	297
a) Viveiros de Castro . . . . .	297
b) João Vieira de Araújo . . . . .	302
c) Moniz Sodré . . . . .	306
d) Adelino Filho . . . . .	312
e) Aurelino Leal . . . . .	313
f) Roberto Lyra . . . . .	319
g) Octávio Tavares . . . . .	322
h) Phaelante da Câmara . . . . .	324

11.3.4. O Positivismo Penal Moderado: Os	
Conciliadores . . . . .	325
a) José Hygino Duarte Pereira . . . . .	325
b) Pedro Lessa . . . . .	326
c) Tito Rosas . . . . .	328
d) Laurindo Leão . . . . .	329
e) Clóvis Bevilácqua . . . . .	333
Conclusões Gerais . . . . .	339
Referências Bibliográficas . . . . .	365